

ICMBio

Edição 557 – Ano 12 – 15 de maio de 2020

em foco



Saiba mais sobre a reestruturação do ICMBio

ICMBio ganha 18 novos Núcleos de Gestão Integradas

Ararinhas-azuis saem da quarentena

ICMBio ganha 18 novos Núcleos de Gestão Integradas

Foram publicadas no Diário Oficial da União desta quarta-feira (13), as portarias que criam os Núcleos de Gestão Integrada (NGIs) do ICMBio. Elas seguem a Política de Nucleação Gerencial (PINGe) vigente no Instituto e dão prosseguimento às alterações trazidas pelo Decreto 10.234/2020, que altera a estrutura da autarquia. Agora, o ICMBio passa a contar com 66 Núcleos de Gestão Integrada em todo o país.

Para a elaboração e análise das propostas de criação dos núcleos de gestão integrada foram adotados critérios, como proximidade geográfica; similaridades e complementariedades funcionais e ambientais; logística; eficiência administrativa e econômica e planejamento e distribuição racional da força de trabalho.

Os NGIs já são estruturas adotadas pelo ICMBio para obter ganhos em eficiência gerencial e otimização dos recursos, como estruturas físicas e equipamentos, onde uma mesma equipe é responsável pela administração de um grupo de unidades situadas na mesma região.

Veja abaixo os novos NGIs:

- NGI Itatupã-Cajari (PA/AP): RDS de Itatupã-Baquiá (PA) e Resex Rio Cajari (AP); sede em Macapá (AP).
- NGI Ilhéus (BA): Parna Serra das Lontras, Rebio de Una (BA), Revis de Una (BA) e Resex Canavieiras; sede em Ilhéus (BA).
- NGI Breves (PA): Flona de Caxiuanã, Resex Arióca Pruanã, Resex Mapuá e Resex Terra-Grande Pracuúba; sede em Breves (PA).
- NGI Araripe (CE/PE/PI): APA Chapada do Araripe (CE/PE/PI), Esec de Aiuaba (CE), Flona de Negreiros (PE) e Flona de Araripe-Apodi (CE); sede em Crato (CE).
- NGI Cabedelo (PB/PE): Flona da Restinga de Cabedelo (PB) e Resex Acaú-Goiana (PB/PE); sede em Cabedelo (PB).
- NGI Humaitá (AM/RO): APA dos Campos de Manicoré (AM), Flona de Urupadi (AM), Flona do Aripuanã (AM), Flona do Jatuarana (AM), Parna do Acari (AM), Rebio Manicoré (AM) e Parna dos Campos Amazônicos (RO); sede em Porto Velho (RO).
- NGI Porto Velho (AM/RO): Flona de Balata-Tufari (AM); Flona de Humaitá (AM); Parna Nascentes do Lago Jari (AM); Flona do Bom Futuro (RO); Flona do Jamari (RO) e Parna do Manguari (AM); sede em Porto Velho (RO).
- NGI Teresópolis (RJ): Parna Serra dos Órgãos, APA de Petrópolis, Rebio do Tinguá, APA de Guapi-Mirim e ESEC da Guanabara; sede em Teresópolis (RJ).
- NGI Sena Madureira (AC): Flona de São Francisco (AC), Flona do Macauã (AC), Resex Cazumbá-Iracema (AC); sede em Sena Madureira (AC).
- NGI Paulo Afonso (AL/BA): Esec Raso da Catarina (BA) e Flona Mona do Rio São Francisco (AL); sede em Paulo Afonso (BA).
- NGI Paraty (SP/RJ): APA Cairuçu (RJ), Esec de Tamoios (RJ) e Parna Serra da Bocaina (SP/RJ); sede em Paraty (RJ).
- NGI Guajará-Mirim (RO): Parna da Serra da Cutia, Resex Barreiro das Antas e Resex do Rio Ouro Preto; sede em Guajará-Mirim (RO).
- NGI Mossoró (CE/RN): Esec do Castanhão (CE), Flona de Açú (RN) e Parna da Furna Feia (RN); sede em Mossoró (RN);
- NGI Novo Airão (AM): Parna de Anavilhanas, Parna do Jaú, Resex do Baixo Rio Branco-Jauaperi e Resex do Rio Unini; sede em Novo Airão (AM).
- NGI Januária (MG/BA): APA Cavernas do Peruaçu (MG) e Parna Cavernas do Peruaçu (MG/BA); sede em Januária (MG).
- NGI Iperó (SP): Arie Mata de Santa Genebra, Arie Matão de Cosmópolis, Flona de Capão Bonito e Flona de Ipanema; sede em Iperó (SP).
- NGI Cruzeiro do Sul (AC): Parna da Serra do Divisor, Resex do Alto Juruá e Resex Riozinho da Liberdade; sede em Cruzeiro do Sul (AC).
- NGI Iguape (SP): APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe, Arie Ilha do Ameixal, Arie Ilhas da Queimada Pequena e Queimada Grande, Esec dos Tupiniquins e Resex do Mandira; sede em Iguape (SP).

Resex Rio Cajari, no Amapá, será gerenciada pelo NGI Itatupã-Cajari

Parna dos Campos Amazônicos e mais seis UCs são parte da NGI Humaitá, o maior núcleo criado nesta etapa

NGI Iperó, localidade da Flona de Ipanema, será responsável pela gestão de quatro UCs no interior de São Paulo

Pingue-pongue

Gabriel Shultz



Saiba mais sobre a reestruturação do ICMBio

Nesta semana, entrou em vigor o Decreto 10.234/2020 que altera a estrutura do ICMBio. Essas mudanças foram feitas para que o ICMBio tenha mais eficiência e otimize sua força de trabalho para garantir que a nossa missão institucional seja cumprida. Ficou com dúvidas sobre o novo Decreto? A gente vai explicar direitinho quais são as principais mudanças e como vai funcionar.

1 O que vai acontecer com as Coordenações Regionais?

As antigas coordenações regionais vão ser substituídas pelas Gerências Regionais (GRs). Serão cinco Gerências Regionais: em Santarém (GR1 Norte); em Cabedelo (GR 2 Nordeste); em Goiânia (GR 3 Centro-Oeste); em São Paulo (GR 4 Sudeste) e em Florianópolis (GR 5 Sul). O foco maior da GR será no planejamento de ações, observando a minimização de gastos e otimizando recursos humanos.

Já as Unidades Avançadas de Administração e Finanças (UAAFs) também vão mudar. A partir de agora, elas passam a ser as Divisões de Apoio Gerencial (DIAGs), e serão responsáveis pelos contratos em cada região, ajudando o Gerente Regional na parte de administração e finanças. As DIAGs vão receber apoio de perto da DIPLAN.

2 As antigas estruturas serão abandonadas?

Nenhum patrimônio do ICMBio ficará abandonado. As estruturas que o ICMBio já dispõe vão funcionar como bases avançadas. Essas bases vão facilitar o contato das UCs com as GRs e ficarão responsáveis por um ou mais macroprocessos, como a fiscalização ou licenciamento ambiental, por exemplo.

3 O que mais tem de novo?

O ICMBio vai ganhar também uma Corregedoria, que será chefiada pela Controladoria Geral da União. A ideia é apurar se as ações dos servidores públicos estão de acordo com os valores éticos da instituição e do serviço público, e com isso dar mais transparência aos atos dos servidores públicos. Corregedorias são estruturas presentes em outras instituições do Governo porque possibilitam que a Auditoria

se concentre em suas funções principais.

Lá na Intranet tem um **organograma atualizado** para você ver como vai ficar o nosso novo desenho institucional.

4 Sou servidor de uma estrutura que vai ser extinta. Quais as minhas opções?

Você poderá discutir o seu caso diretamente com seu gerente regional para ajustar a sua lotação. Mas o ICMBio, por meio da CGGP, vai disciplinar as remoções internas e os casos omissos.

5 Sou empregado público cedido ao ICMBio. Terei de voltar ao meu órgão de origem?

Queremos você conosco! Então, você vai ter a oportunidade de ficar sim. Você poderá discutir a sua situação funcional com o gerente regional para verificar a melhor alteração possível para você.



Código de Ética

Prezados Servidores,

Hoje (15) foi publicado no Diário Oficial da União (clique aqui para acessar) a Portaria nº 411, de 13 de maio de 2020, que versa sobre o Código de Ética do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A função do Código de Ética é ser um instrumento de referência de conduta ética do servidor do ICMBio, bem como de resguardar a imagem institucional e de seus agentes, promover o profissionalismo e criar e desenvolver cultura organizacional pautada na ética e dignidade do serviço público. O Código de Ética do ICMBio é regido pelo Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto 1.171/94) e pelas demais legislações vigentes, e é dever de todo servidor público o seu conhecimento.

O texto traz deveres, vedações, direitos e orientações sobre a conduta do agente público nos canais digitais, sempre prezando pela ética, dignidade, equidade, respeito à livre interlocução e vedação de vinculação da Instituição com atos ilícitos, ainda que cometidos em ambiente digital, bem como normativas sobre participação e custeio em eventos e debates da sociedade civil em que seu expressar seja técnico e direito intelectual sobre suas produções enquanto agente público.

Todos os agentes públicos devem assinar o Termo de Adesão ao Código de Ética e remeter à Diplan, via SEI, no prazo de até 180 dias, segundo modelo constante no [Anexo II](#).

Sou gerente regional. Quem e como será a minha equipe?

As GRs serão compostas pelos servidores que alterarem sua lotação e também por prestadores de serviço para apoio administrativo e técnico (como na fiscalização de contratos). A licitação para contratação da empresa já está aberta. As vagas de estágio também serão redefinidas pela CGGP.

Sou estagiário/terceirizado? O que devo fazer?

A CGATI vai emitir orientações específicas para você, prestador de serviço. Já os estagiários devem aguardar orientação da CGGP.

O que vai acontecer com os processos?

Ainda no começo desta semana, o SEI foi atualizado com as novas estruturas pela COTEC.

O que vai acontecer com o patrimônio das estruturas que serão alteradas?

Por se tratar de um aspecto de governança, a transferência de mobiliário e patrimônio

será instruída pela CGATI. Via de regra, o patrimônio migrará para a atual estrutura administrativa e unidades próximas subordinadas. Já as mudanças, reformas e alterações nas salas serão de competência do SEINFRA/COADM. Os equipamentos de tecnologia da informação, telefonia VOIP e telefonia física serão processos instruídos pela COTEC. A previsão de término de todas as providências é de até 60 dias.

As UAFs funcionavam por especialização. O que vai acontecer com os contratos?

Os contratos agora serão tratados por região. A vantagem é que as GRs vão poder identificar mais facilmente as necessidades específicas de cada região que apresenta demandas e soluções próprias. A Diplan já está providenciando a redistribuição dos contratos.

A fiscalização e o combate contra o fogo serão impactados?

Esse aspecto não mudou. As Unidades de Conservação (UC) ou os Núcleos de Gestão Integrada (NGI) continuam como responsáveis locais por essas atividades. As GRs

recepionam as responsabilidades regionais que antes estavam a cargo das CRs.

Considerando a amplitude geográfica sob responsabilidade das GRs, cada Gerente Regional deverá estabelecer pontos focais regionais de fiscalização e de combate a incêndios, minimamente em cada uma das regiões onde havia uma CR, podendo estabelecer tais pontos focais regionais também em áreas onde antes não haviam CRs; Esses pontos focais regionais de fiscalização e de combate a incêndios terão como missão a articulação regional dessas atividades, em apoio ao GR e às UCs e NGIs.

E o julgamento em primeira instância dos autos de infração?

Também vai continuar com o mesmo fluxo. Só que agora essa responsabilidade é dos GRs.



PGR auxilia na prevenção e combate a incêndios florestais



Aluna do 6º Ciclo do PGR aplica conhecimentos nos trabalhos de prevenção e combate a incêndios no Parna Serra da Bodoquena

O Programa de Gestão para Resultados (PGR) tem como objetivo capacitar servidores do ICMBio no modelo de Gestão para Resultados, a fim de desenvolver seu potencial gerencial e prepará-los, também, para atuarem como facilitadores internos na implementação destas práticas de gestão.

Durante os Ciclos de Formação, os alunos devem aplicar o conhecimento adquirido em uma atuação prática como trabalho final do curso. Os Trabalhos Aplicativos Finais (TAFs) estão disponíveis na biblioteca do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e podem ser replicados em diferentes unidades organizacionais.

Dessa forma, apresentamos hoje o TAF da analista ambiental Nayara de Oliveira Stacheski, aluna do sexto ciclo do PGR (PGR6):

O trabalho apresenta os resultados do processo de organização territorial para ações de prevenção e combate a incêndios florestais na região da Serra da Bodoquena. A região é atingida anualmente por incêndios florestais que afetam suas áreas protegidas e zona rural. A inexistência de um Destacamento de Corpo de Bombeiros na região e a falta de políticas públicas municipais de prevenção aos Incêndios florestais torna a situação bastante crítica. O trabalho buscou implementar uma atuação regional que pudesse envolver a participação efetiva dos stakeholders, nas ações de prevenção e combate a incêndios florestais, e assim ampliar as práticas de manejo do fogo para além das áreas protegidas.

Veja o trabalho completo na [biblioteca do AVA](#).

ODS relacionados



Ararinhas-azuis saem da quarentena

As ararinhas-azuis (*Cyanopsitta spixii*) que estão no centro de criação e reprodução em Curaçá (BA), desde março, saíram do período de quarentena e foram liberadas na semana passada para o aviário construído especialmente para elas. O ambiente é enriquecido com galhos, folhas e outras estruturas que devem auxiliar no gradativo processo de reintrodução da espécie na Caatinga.

As aves chegaram ao Brasil no dia 3 de março, vindas da Alemanha. Elas foram transportadas para um criadouro em Curaçá (BA), seu habitat de origem. O período de quarentena possibilitou que as aves se adaptassem ao clima da Caatinga e permitiram aos especialistas a observação da espécie, além de eliminar a possibilidade de algum espécime estar doente, mesmo com os exames feitos na Alemanha que foram realizados para liberarem as aves para entrarem no Brasil.

Os aviários possuem dupla camada de proteção, ao passo de permitirem que as aves tenham contato com o clima da Caatinga; essa grade também protege as ararinhas-azuis de outros animais. As aves iniciam agora seu processo de preparação para soltura, com a adaptação ao clima e alimentação. Serão oferecidos gradativamente mais frutos e sementes da caatinga para quando forem soltas saberem o que comer. O processo de isolamento dos humanos é fundamental nesta fase para evitar que fiquem mansos

e de fácil captura por traficantes, sendo assim, visitas ao Centro são restritas.

Animais exclusivos da Caatinga, a ararinha-azul está atualmente extinta na natureza. O último exemplar foi avistado em meados dos anos 90 e, por volta dos anos 2000, a espécie recebeu do Ministério do Meio Ambiente o status de extinta na natureza. A ararinha-azul, que naturalmente é uma espécie pouco populosa, teve seu número de aves ainda mais reduzido pelo comércio ilegal (pelo fato de ser uma ave de beleza extraordinária) e pela degradação da Caatinga, o que reduziu ainda mais o seu hábitat.

A reintrodução das ararinhas-azuis no seu bioma de origem é um processo previsto pelo Plano de Ação Nacional (PAN) da Ararinha-Azul em conjunto com organizações internacionais que detinham algumas aves em cativeiro. No primeiro ciclo do PAN, dentre outros resultados, o principal foi a multiplicação de animais em cativeiro para aumentar a variabilidade genéticas das aves. Agora, no segundo ciclo, o objetivo esperado é realizar a soltura de algumas ararinhas-azuis com suas "irmãs", as maracanãs (outra espécie de psitacídeo que possui hábitos semelhantes às ararinhas-azuis), sem descontinuar o aumento populacional também em cativeiro.

Aviário tem dupla camada de proteção contra animais fora do ambiente

Bruno Birnbato



Expedição cataloga primatas no Sudoeste da Bahia

Pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB) realizaram a “Expedição Primatas de Boa Nova”, ocorrida nos dias 04 e 17 de março. Durante a missão, eles fizeram inventários dos primatas e de outros mamíferos no Parque Nacional (Parna) e no Refúgio da Vida Silvestre (Revis) da Boa Nova, no sudoeste baiano. As duas unidades somam cerca de 27 mil hectares

e abrange três municípios da Bahia, além de estar situada em dois importantes biomas, a Caatinga e a Mata Atlântica.

Para acessar a fauna de primatas, foram instaladas armadilhas fotográficas em plataformas alojadas em áreas pré-selecionadas das UCs. Além disso, os pesquisadores fizeram buscas ativas e amostragem por playback,

um método que utiliza vocalizações dos animais para estimular sua resposta como defesa territorial. Relatos dos moradores foram usados para orientação e seleção das áreas e acessar informações sobre ameaças aos primatas.

“Dos oito táxons de primatas com potencial ocorrência no PARNA e na REVIS Boa Nova, foram registrados três, o que nos gerou certa preocupação”, conta o analista ambiental do CPB e coordenador da expedição, Gerson Buss. “Por outro lado, dos três que foram registrados, está o macaco-prego-do-peito-amarelo (*Sapajus xanthosternos*), espécie ameaçada de extinção na categoria Em Perigo (EN)”, complementa Buss. As ações para a conservação dessa espécie estão elencadas no Plano de Ação Nacional para Conservação dos Primatas do Nordeste (PAN_PRINE), coordenado pelo ICMBio/CPB.

Os pesquisadores identificaram a perda e fragmentação das florestas que servem como habitats dos animais como principais ameaças, além da degradação por queimadas. A caça aos animais também foi identificada como uma

prática comum e frequente. Eles observaram que áreas de Caatinga próximas a Boa Nova são utilizadas para retirada de madeira, e as áreas de Mata Atlântica estão, em sua maioria, bastante fragmentadas. “A caça ainda é bastante presente na área, apesar dos esforços da equipe gestora das UCs, que realizou, em 2019, duas Operações de Fiscalização Ambiental com apoio da Polícia Militar do Estado da Bahia e trinta e seis ações fiscalizatórias de rotina”, afirma o gestor das Unidades e integrante da expedição, Johan Pereira.

Com os relatos obtidos em campo, o CPB está preparando um vídeo de divulgação com imagens dos primatas registrados, paisagens de Boa Nova e estado de conservação da região que poderá ser usado para sensibilização ambiental da população local. Eles ainda estão analisando os dados sobre a presença dos primatas e os resultados serão úteis para contribuir na elaboração dos Planos de Manejo do Parque Nacional e do Refúgio da Vida Silvestre.

A expedição integra o Programa Primatas do Jequitinhonha, executado com recursos orçamentários do ICMBio a partir da aprovação da Coordenação-Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade (CGPEQ), da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (Dibio). Além do CPB, que coordenou a expedição, também participou o Dr. Raone Beltrão Mendes, pesquisador da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A atividade também teve o fundamental apoio da equipe gestora das UCs, condutores locais de ecoturismo e da equipe de Brigadistas da Unidades.

Equipe em campo



ESEC Carijós (SC)

Acervo Esec Carijós; Anselmo Malagoli; Fernando Farias; Rico Bach



© Foto: Anselmo Malagoli

© Foto: Anselmo Malagoli



ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ramilla Rodrigues

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato
Narayanan Miranda

Diagramação

Marília Ferreira

Revisão de texto

Marjoire de Carvalho Malaquias

Chefe da Divisão de Comunicação

Marjoire de Carvalho Malaquias

Foto da Capa

Freepick.com

Colaboraram nesta edição

Danúbia Melo – Parna dos Lençóis Maranhenses; Equipe CPB; Nayara Stacheski – Parna da Serra da Bodoquena;

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL